

Homo Ridens?

Por Simão Macedo

A natureza, a essência humana e as expressões através das quais manifestamos as características que nos são inerentes, apesar de hoje se apresentarem diante de nós como aspetos banais, não o foram ao longo da história e dos tempos, tendo assumido uma posição completamente contrária no pensamento dos homens. Durante séculos, a relação da componente física do Homem com a sua componente espiritual e metafísica, assim como com o exterior que o rodeia, foi alvo dos mais acesos e profundos debates, ensaios, estudos e contemplanções. Desta forma, foi no berço da civilização humana, no seio da sociedade da Grécia Antiga, que o ímpeto pela busca incessante do conhecimento promoveu os primeiros estudos sobre a natureza humana. Neste processo de “autodescoberta” pelos meandros da substância do indivíduo terreno, destacou-se Aristóteles (hoje, considerado um dos pais da filosofia ocidental) pela exposição de um conjunto variado de pensamentos e cogitações relativos ao âmago da questão humana, que ainda hoje são amplamente estudados.

Assim, no decorrer da história foram surgindo interpretações e considerações diferentes destes estudos, cada qual fundamentada e justificada à luz do contexto social da época correspondente. Entre as épocas em que estas interpretações foram mais controversas e aprofundadas encontra-se, nos lugares cimeiros, a idade medieval, onde a definição dos valores morais e espirituais encontrava ainda um estado primitivo, confuso e oposto, alicerçado sobretudo nos dogmas e postulados da Igreja Católica. Partindo do que se conhece do perdido segundo livro da “Poética” de Aristóteles, que abordando a comédia defende o riso e apela às suas virtudes, e do estado metaestável característico do ambiente medieval, a erudição, mestria e sabedoria de Umberto Eco levaram-no, em 1980, à publicação daquela que é a sua Magnum opus fora do contexto académico: O nome da Rosa.

Principiando na paixão pela Idade Média (para o escritor muito mais que uma

profissão: “Assim, a Idade Média permaneceu, se não a minha profissão, o meu hobby e a minha tentação constante, e eu vejo-a em toda a parte, à transparência, nas coisas de que me ocupo, que não parecem medievais e, no entanto, são.”), passando pela simples vontade de escrever um romance

(“Escrevi um romance porque me deu vontade disso. Creio que é uma razão suficiente para alguém se pôr a contar”) e acabando na sua formação profissional em semiótica, nasce pela mão de Umberto Eco, algures no solo italiano, um mosteiro da ordem de São Bento: local onde ocorre toda a trama da obra. Por ordem do papa, Guilherme de Baskerville (um monge franciscano), acompanhado pelo jovem beneditino Adso de Melk, é chamado a essa mesma abadia a fim de investigar uma sequência de estranhos assassinatos. O livro estende-se, assim, pelo género de romance policial, no entanto, trata-se apenas de um “rótulo” ilusório, uma espécie de armadilha “que continua a iludir o leitor ingénuo (...) de tal modo que o leitor ingénuo pode até não se aperceber de que se trata de um romance policial onde se descobre muito pouco”. Não obstante a persuasão provocada pela presença de características partilhadas com o romance policial, os conteúdos históricos e filosóficos são o principal “combustível” que alimenta a ânsia e o desejo de permanecer absorvido pela história.

Assim, o leitor ficará inicialmente surpreendido em descobrir que o tópico à volta do qual se desenvolve a obra é o riso. No entanto, seja qual for o grau de erudição do leitor, seja especialista ou leigo em matérias teológicas e filosóficas, rápido perceberá que não há nada mais auspicioso que centrar o fluxo da obra na hostilidade entre a essência humana e os preceitos defendidos pelo catolicismo medieval. À luz deste confronto, são visíveis desde o início duas grandes perspetivas antagónicas: a conceção aristotélica do riso defendida por Guilherme e a maior parte dos restantes monges e a visão conservadora e puramente teológica de Jorge de Burgos.

Apesar de ilógica e inaceitável à maior parte dos leitores, a visão de Jorge de Burgos expressa os ideais segundo os quais um monge deveria reger o seu quotidiano. Os mosteiros representavam a fortaleza terrena de Deus e o império celeste onde se combatiam as hostes do demónio, pelo que a submissão a este propósito requeria a entrega a mortificações (orações, jejuns, trabalhos, entre outros) que assim consumavam o ideal da renúncia ao mundo

físico e terreno. Para completar a vida monástica e fundamentar esta postura, os mosteiros tornaram-se, para além do elemento de ligação entre a vida terrena e ascética, o basilar do conhecimento na Idade Média. Deste modo, o

monge não se poderia dedicar a qualquer tipo de depravação, fosse ela física e/ou moral. “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” – a palavra de Deus é o poder que governa o mundo, logo o monge tinha o dever de se abster, também, nas suas palavras, ou seja, citando Jorge: “verba vana aut risui apta non loqui” (Não falar palavras inúteis e que provoquem o riso). É através desta frase que Jorge surge no scriptorium (compartimento da abadia onde os monges executavam os seus estudos, leituras e cópias de manuscritos), quando Guilherme e Adso admiravam os desenhos marginais, nos livros sagrados, feitos por Adelmo de Otranto (o primeiro monge assassinado), desenhos esses que se aproximavam do jocoso (“Eu seguia aquelas páginas debatendo-me entre a admiração e o riso pois as figuras tendiam necessariamente para o hilariante”). É, neste local, que ocorre o primordial debate sobre a licitude do riso.

Alicerçado na sua perspetiva de como se processava a dualidade entre a vida terrena e a vida religiosa, Jorge começa por defender que o riso deturpa a verdadeira forma da criação e da essência da vida (“E, como diz, o salmista, se o monge se deve abster dos discursos bons pelo voto de silêncio, por maior razão se deve abster dos discursos maus. E assim como existem discursos maus, existem imagens más. E são aquelas que mentem acerca da forma da Criação e mostram o mundo ao contrário do que deve ser”). Assim, o riso e tudo que o provocasse nada mais era que a prova da estupidez humana e da sua corrupção perante um mal que dominava o mundo e o Homem, inerte, nada fazia para o combater (“O riso é sinal de estultícia. Quem ri não acredita naquilo que ri, mas nem sequer o odeia. E, portanto, rir do mal significa não se dispor para combatê-lo”). Fortalece tais argumentos, proclamando que tal como Jesus nunca riu (“O ânimo só é sereno quando contempla a verdade e se deleita com o bem realizado, e da verdade e do bem não se ri. Eis porque Cristo não ria. O riso é fomento de dúvida”), também o Homem, imagem de Deus na terra, não teria qualquer legitimidade em rir. “Jesus Nosso Senhor nunca contou comédias nem fábulas, mas apenas límpidas parábolas”, portanto todas as obras que conduzissem ao riso tinham sido escritas por

pagãos. Nas partes finais do livro, quando Guilherme questiona Jorge sobre o que o atormentava no segundo livro da Poética de Aristóteles, este alega que

“cada um dos livros daquele homem destruiu uma parte da sabedoria que a cristandade tinha acumulado ao longo dos séculos”, enfatizando que este livro, mais que qualquer outro, tinha o potencial de “libertar o vilão do medo do Diabo” e levar à formulação do “silogismo extremo, pelo qual o riso é a finalidade do Homem!”. Assim, para Jorge, o riso profanava os cânones da Igreja católica, pondo mesmo em causa a origem e manutenção da fé. A única solução, passaria, pois, por evitar que o desejo do conhecimento de qualquer monge não se cruzasse, em instância alguma, com estes pensamentos (o que conduziu aos homicídios).

A esta posição, objetava Guilherme, fiel seguidor dos ideais de ilustres pensadores do seu tempo que apelavam à capacidade racional do Homem, como Roger Bacon. Assim, apetrechado de elementos representantes da razão e da ciência (uma bússola e umas lentes), Guilherme objeta a primeira premissa de Jorge salvaguardando o riso como elemento de construção do processo de educação (“As imagens marginais provocam muitas vezes o riso, mas para fins de edificação”) e como tal, símbolo da racionalidade humana, de que mais nenhum ser era portador (“Os macacos não riem, o riso é próprio do Homem, é sinal da sua racionalidade”). Fruto dessa racionalidade terá surgido o riso, concedido por Deus, para que seja usado pelo Homem como utensílio para a génese do seu espírito crítico (“Deus quer de nós que exercitemos a nossa razão sobre muitas coisas obscuras acerca das quais as Escrituras nos deixam livres de decidir. (...) E então vedes que, por vezes, para minar a falsa autoridade de uma proposição que repugna à razão, também o riso pode ser um instrumento justo”) e, sendo o Homem um ser sujeito às emoções, para promover o seu equilíbrio (“Eu creio que o riso é uma boa medicina, como os banhos, para curar os humores e outras afeções do corpo, em particular a melancolia”). No seguimento deste debate, Guilherme confronta Jorge, invocando uma questão proposta pelo insigne João de Salisbury: “Tendo Cristo sido homem, teria ele rido alguma vez?”. Guilherme responde, sem hesitação, que “nada na sua natureza humana o proibia (...) porque o riso, como ensinam os teólogos, é próprio do homem”. Solicita, ainda, Jorge a compreender que ele mesmo estaria sujeito à sua natureza humana, e assim cairia no irrisório ato de

rir (“Seja embora tacitamente e controlando os vossos lábios, vós estais a rir de qualquer coisa (...) Rides do riso, mas rides”). Por fim, no derradeiro final, exacerba a sua postura certificando que a comédia e a paródia, são no seu intento, um caminho para atingir a verdade e o conhecimento (“Aqui, Aristóteles vê a disposição para o riso como uma força boa, que pode ter também um valor cognitivo, quando através de enigmas argutos e metáforas inesperadas, embora dizendo-nos as coisas diferentes daquilo que são, como se mentisse, de facto obriga-nos a observá-las melhor, e faz-nos dizer: aí está, as coisas eram mesmo assim, e eu não sabia”), nunca sendo representantes da depravação e do mal (“ O Diabo não é o príncipe da matéria, o Diabo é a arrogância do espírito, a fé sem sorriso, a verdade que nunca é tomada pela dúvida”).

Em suma, se é verdade o que Jorge diz: “Nem tudo o que é próprio do Homem é necessariamente bom”, também Guilherme proclama a verdade quando afirma que “somos anões em ombros de gigantes” e, assim, nós, seres ínfimos (anões) nunca conseguiremos compreender, na sua plenitude, o que rege a nossa essência. Foi precisamente esta ideia que Umberto Eco incutiu naquilo que mais mistério causa na obra: o seu título.

“A ideia de O Nome da Rosa ocorreu-me quase por acaso e agradou-me, porque a rosa é uma figura simbólica tão densa de significados ao ponto de já não ter quase nenhum”. Do mesmo modo, o riso exterioriza-se de forma espontânea, sem que verdadeiramente se conheça totalmente o seu significado e origem. No entanto, uma certeza podemos evidenciar: é irrevogável à natureza humana...e taxonomicamente, somos também Homo Ridents.